

UMA CRÍTICA PARA A CRÍTICA LITERÁRIA

Helder Santos Rocha (UESB)

heldersantosrocha@gmail.com

Márcio Roberto Soares Dias (UFBA/UESB)

marciouesb@gmail.com

“A crítica não é uma tradução, mas uma perífrase.”

(Roland Barthes)

A proposta desta comunicação é retomar uma velha, mas sempre renovada discussão acerca do papel da crítica literária e do lugar que ocupam os operadores da literatura – leitores, escritores, editores, estudiosos... Trata-se, pois, de um texto reflexivo que pretende ponderar sobre a crítica da literatura, que se imiscui em diversos espaços de difusão cultural na sociedade. Além disso, também visa esta reflexão despertar a atenção para um debate em prol de críticas ditas mais construtivas e menos destrutivas, que contribuem, de fato, para a instigação de questionamentos e ponderações mais contumazes acerca de questões relevantes da cultura. Neste sentido, a expressão acima, “menos destrutivas”, não diz respeito a uma censura ou a uma repressão do direito fundamental de julgar, que justifica a própria existência da crítica, mas sim, um despertar de atenção para as intenções e ideologias, de que esta atividade estaria a serviço. Compartilhamos com o pensamento de Theodor Adorno (2002, p. 80), quando afirma que “a crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade –, mas quando, ao desobedecer, obedece”.

Mas como se articula a crítica que se propõe a julgar e classificar as obras literárias, isto é, a crítica literária? Para Coutinho (2008, p. 116), trata-se de uma atividade que

tem por meta o estudo da literatura, dos gêneros, mas não é um deles. Ela os analisa, sem se confundir com eles. É uma atividade intelectual, reflexiva, usando o raciocínio lógico-formal, procurando adotar um método rigoroso, tanto quanto o das ciências, porém de acordo com a natureza do fenômeno que estuda, o fenômeno literário, a obra de arte da linguagem. É um método específico para um objeto específico. Não é uma atividade imaginativa, embora consinta no auxílio da imaginação; é uma atividade científica, sem utilizar os métodos das demais ciências (biológicas, físicas, naturais), nem se valer das suas leis ou conclusões; não é a filosofia, mas recorre ao raciocínio lógico-formal, para refletir sobre os fenômenos da arte da palavra.

Como se vê, ao teorizar sobre a crítica, Coutinho especifica e delimita a função e as características do crítico literário, baseando-se em critérios científicos e analíticos, sempre relativizados. Não distante desse pensamento, embora separado, temporalmente, por um período secular, Machado de Assis, em seu texto *O ideal do crítico* (1994, p. 3), afirma que o sujeito que se propõe a fazer crítica literária deve

saber a matéria que fala, procurar o espírito de um livro, descarná-lo, aprofundá-lo, até encontrar-lhe a alma, indagar constantemente as leis do belo, tudo isso com a mão na consciência e a convicção nos lábios, adotar uma regra definida, a fim de não cair na contradição, ser franco sem aspereza, independente sem injustiça, tarefa nobre é essa que mais de um talento podia desempenhar, se se quisesse aplicar exclusivamente a ela.

Tanto na teoria quanto no próprio campo da criação literária, percebe-se que há alguns pontos em comum quanto aos critérios e características fundantes de uma crítica literária profícua e, ao mesmo tempo, não propagandista e promotora de ideologias. Assim seria o ideal, pelo menos, na visão do autor de *Dom Casmurro*. Todavia, parece que nem sempre foi assim.

Nas discussões sobre as letras e a cultura de uma sociedade é bastante comum ouvir e ler juízos que defendem a existência de uma hierarquia entre textos e entre autores. Assim, surgem os chamados clássicos da literatura, que passam a ganhar mais notoriedade em seu espaço de produção e de difusão editorial na medida em que são laureados com insígnias de reconhecimento público, como é o caso da participação em instituições e instâncias elitizadas que se arvoram a representar a elite literária de um país, a exemplo das chamadas “academias de letras”. Estas insígnias tem poder de fazer com que os nomes e os textos dos “grandes escritores” circulem com mais facilidade pela sociedade por meio do mercado editorial. Nesse circuito, percebe-se a guerra que se trava entre as grandes editoras para representar, editar e comercializar as obras daqueles escritores laureados. De tão acirrada, a disputa por mercado atinge os livros didáticos nacionais, que têm suas páginas entupidas de fragmentos de textos e de dados biográficos dos escritores que ostentam as divisas franqueadas pelas agências de reconhecimento. Assim, mesmo o amador, como percebe Márcia Abreu (2006, p. 40), transforma-se em cânone.

Neste sentido, o mercado literário apresenta-se como um sistema bem estruturado. Inclusive no que se refere à revisão de suas escolhas, nem sempre bem alicerçadas. É curioso observar como certos autores, detratados num momento, foram enfileirados posteriormente ao cânone

nacional. O mineiro João Guimarães Rosa, que não foi aceito tão cedo pela Academia Brasileira de Letras e que era considerado pela crítica da sua época como um brasileiro que falava mal o português, foi um deles. Outros escritores têm sido, ainda hoje, resgatados do anonimato por um pequeno número de estudiosos e acadêmicos.

Hoje se tornou acessível a leitura de textos épicos atribuídos a autores como Homero, os trágicos Eurípedes e Sófocles, de poesias líricas de Virgílio, de fábulas de Esopo e La Fontaine, de contos feéricos de Grimm e de tantos outros. Tanto esses quanto muitos outros escritores e textos literários passaram para a posteridade sob o rótulo de clássicos devido a sua importância cultural e a sua ressonância temporal (CALVINO, 1993, p. 14). De qualquer forma, não se pode negar o papel ideológico na atribuição de distinção a certos bens culturais produzidos em determinados estratos das sociedades ocidentais.

Na parte inferior da estrutura hierárquica do circuito literário, a não considerada clássica, estariam os diversos textos produzidos por sujeitos comuns, cuja capacidade criadora não se notabilizaria e que, por isso, serviriam de contrapeso para balizar o juízo crítico que definiria o cânone. Eis uma questão complexa e que necessita de um questionamento ainda mais profundo.

De origem latina²⁵⁵, o vocábulo cânone, que, por sua vez, é oriundo de *canón*, ou também de *kanón*, de etimologia grega, indica uma medida, uma lei ou uma regra. Neste caso, especificamente, tem o sentido de marcar a parte mais importante de algo, ou seja, faz referência àquilo que merece destaque em relação ao que não seria digno do mesmo juízo de valor. Em outras palavras, o cânone define o que deve ser regra e o que é exceção e não deve figurar como modelo, medida e lei considerada justa. Trazendo isso para o campo artístico e, de modo específico, para o campo literário, faria parte do cânone apenas aqueles textos considerados de alto padrão no uso e aplicação da forma culta da língua nacional. É verdade que esta consideração não leva em conta a opinião dos falantes comuns da língua e dos leitores dos textos.

Na seleção do cânone nacional, impera, portanto, a opinião de uma parcela miúda da sociedade letrada, cuja voz é amplificada pelos veículos que trafegam pelos poderosos circuitos midiáticos. Consoante A-

²⁵⁵ Minidicionário da Língua Portuguesa, de Silveira Bueno (Ed. FTD).

breu, “o gosto estético erudito é utilizado para avaliar o conjunto das produções, decidindo, dessa forma, o que merece ser *Literatura* e o que deve ser apenas *popular, marginal, trivial, comercial*” (2006, p. 80; grifo do autora). Fazem parte desse reduzido grupo de “formadores de opinião” professores com renome, respaldados pelos centros de produção do conhecimento ao qual estão filiados; jornalistas e colunistas das seções culturais dos grandes veículos de comunicação; escritores canônicos convidados por jornais e revistas a dar a sua opinião acerca de suas leituras recentes. Como se vê, aqui se alarga o campo conceitual apresentado por Coutinho (2008, p. 116), extrapolando o *locus* acadêmico e científico da crítica literária.

Antonio Candido (1975, p. 30), por exemplo, defende que uma literatura nacional somente pode constituir-se quando se estabelece um ciclo de produção e difusão, envolvendo o autor, o estilo e a linguagem (o mecanismo transmissor) e um determinado tipo de público leitor. São esses elementos, juntos, que propiciarão a formação do cânone nacional. A literatura que não se encontra no cânone, isto é, aquela criada fora do circuito privilegiado de produção e difusão tem de cumprir sua sina de despatriada, uma vez que é tratada como uma manifestação cultural exótica, extravagante. Como nota Abreu (2006, p. 54), “o popular propicia, ainda hoje, algum encanto, mas a ele é reservado um lugar bem delimitado: o lugar do folclórico, do exótico, do primitivo. Nas aulas de literatura pouco ou nada se estuda sobre as composições populares”.

Além disso, a escola, como agência de “legitimação” do saber, exerce uma influência mais profunda na relação dos jovens leitores com o mundo da literatura. Como instituição responsável pelo processo de mediação da leitura e do gosto do jovem alunado pelo universo literário, a escola, ao que parece, não cumpre com muito êxito o seu papel neste sentido. Novamente, segundo Abreu, “*alguns* aprendem e tornam-se leitores literários. Entretanto, o que *quase todos* aprendem é o que devem dizer sobre determinados livros e autores, independentemente de seu verdadeiro gosto pessoal” (2006, p. 19).

Ao definir quem, como e o que deve ser lido nos diversos espaços educacionais, a crítica literária acaba por produzir uma espécie de bitola que tende a nivelar os jovens leitores de modo a atrofiar seu potencial crítico. Não há, pois, que duvidar do papel da escola tanto na manutenção de *status quo* do pensamento, quanto na desestabilização do estabelecido.

A atividade crítica, portanto, não é o problema. Ela é fundamental para fermentar o pensamento reflexivo, aliás, esta talvez seja a sua função primeira. O problema está naquilo que subjaz nas entrelinhas dessa atividade, isto é, os interesses que movem ou dão a base de sustentação de determinados discursos da crítica especializada. Baseando-se numa reflexão de Barthes, compartilhamos com a ideia de que “o pecado maior, em crítica, não é a ideologia, mas o silêncio com o qual ela é recoberta: esse silêncio culpado tem um nome: é a boa consciência ou, se se preferir, a má-fé” (1982, p. 160).

Deste modo, cabe fazer certas indagações: até que ponto há independência e imparcialidade em um julgamento do crítico? Que interesses são veiculados pelas várias parcelas da crítica literária? Quiçá, o impedimento de uma mudança neste cenário acontece porque a própria crítica literária não está afeita a autocríticas, principalmente no tocante aos mecanismos e pressupostos ideológicos que se imiscuem na atividade. Para finalizar, lembremo-nos das palavras de Adorno (2002, p. 95):

a tarefa da crítica, na maioria das vezes, não é tanto sair em busca de determinados grupos de interesse aos quais devem subordinar-se os fenômenos culturais, mas sim decifrar quais elementos da tendência geral da sociedade se manifestam através desses fenômenos, por meio dos quais se efetivam os interesses mais poderosos.

Enfim, é sempre interessante ressaltar a relevância dos discursos críticos na sociedade, sobretudo aqueles que se propõem a identificar tendências e códigos culturais subjacentes à ordem e às ideologias existentes, renovando-se sempre. De certo esta postura não surge abruptamente, nem é recepcionada de modo pacífico, mas em seu exercício constante, a reflexão contínua talvez tenha o condão de fazer a crítica voltar também os olhos, para si mesma, a fim de se renovar e revigorar sua atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. In: ALMEIDA, Jorge Mattos Brito de (Sel.); LEVY, Julia Elisabeth et al. (Trad.). *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 75-102.

ASSIS, Machado de. O ideal do crítico. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. Trad. de Leyla Perrone-Moisés, Leyla. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1975.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. de Nilson Moulin. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

COUTINHO, Afrânio. Crítica literária. In: _____. *Notas de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 115-122.